LDO

2012

DE LADARIO - MS PROTOCOLO Nº 074

EM 15 104 111

GONCOLO Nº RESPONSAVEL





aa N		-	
MENSA	GEM N	· 004	/2011

DE LADARIO - MS
PROTOCOLO Nº

Ladário/MS; 12 de abril de 2011

RESPONSAVEL

Senhor Presidente,

É com satisfação que submeto a alta deliberação de Vossa Excelência e Senhores Vereadores, o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências, em cumprimento aos mandamentos constitucionais, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101/2000.

Em principio a Política adotada pela administração Municipal até o término do exercício de 2011 resume-se genericamente em:

- ❖ Ajustar a máquina administrativa dentro do equilíbrio financeiro Receita Efetiva e Despesa Realizada, dando ênfase inicialmente a aplicação de recursos de convênios,
- Manter os serviços básicos propostos e assumidos,
- ❖ Investir na abertura de opções para que mais Empresas invistam no Município o que proporcionaria mais oferta de emprego para o Município,
- ❖ Investir na qualificação de mão de obra,
- Pagar os fornecedores do Município dentro do prazo ou dentro do mês como já vem sendo executado.

Para o exercício de 2012 o Executivo Municipal além de manter as prioridades de 2011, e que forem de caráter continuado, pretende efetuar o Recadastramento tanto Imobiliário como Econômico, para ajustar a arrecadação Municipal dentro da capacidade financeira do Contribuinte, sem promover qualquer terrorismo fiscal.

A Administração Municipal inova ao inserir na Lei Orçamentária Anual, as solicitações apresentadas pelas Associações Comunitárias e demais Entidades representativas da população de Ladário, não no sentido de apenas fazer cumprir a Lei de Responsabilidadê Fiscal, mas tão somente fazer com que a população participe contribuindo para que os recursos que forem aplicados proporcionem maior percentual de satisfação a população, além de servir de consulta permanente durante o exercício de 2011.

No presente projeto de LDO, cumprimento das determinações legais, apresentamos as metas e prioridades de nosso governo para o próximo exercício, dentre as constantes do Plano Plurianual (PPA 2010 – 2013), assim como todas as informações necessárias à construção da Proposta Orçamentária Anual, que estaremos enviando para esta nobre Casa em Setembro próximo.







O projeto de lei, que ora submeto à Vossas considerações, é uma expressão das necessidades dos moradores de Ladário, contidas em nosso plano de governo e consagradas no plano Plurianual. Portanto, são diretrizes baseadas nas políticas públicas de **Inclusão Social** (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Cultura, Esporte e Lazer); **Infra-estrutura** (Saneamento, Transporte, Habitação, Urbanismo, Meio Ambiente, Economia e Turismo) e **Gestão** (Planejamento, Política Fiscal, Capacitação Institucional e Previdência, assistência e saúde ao servidor), com ênfase na Geração de Emprego, Trabalho e Renda visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Enfim, Senhores Vereadores, considerando o que está correta e perfeitamente disposto nos vários anexos e relatórios, que compõem a presente proposta de Lei para LDO 2012 aguardamos a deliberação competente do Projeto, na forma da legislação, colocando nossa equipe a disposição para eventuais esclarecimentos que possam surgir durante a apreciação desta matéria.

Atenciosamente,

Ladário - MS, 12 de Abril de 2011

JOSÉ ANTONIO ASSAD E FARI
Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI Nº002/2011

QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º - O Prefeito Municipal de Ladário (MS), no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no Art. 165 § 2º da Constituição Federal e Art. 4º da Lei Complementar n.º 101/2000, estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012, compreendendo;

- I. Metas e prioridades da Administração Pública;
- II. Orientações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual L.O.A. para 2012;
- III. Alteração na Legislação Tributária;
- IV. Equilíbrio entre Receita e Despesa;
- V. Critérios e forma de Limitação de Empenho:
- VI. Normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII. Condições e exigências para transferências de recursos públicos a entidades Públicas e Privadas.
- § 1° O Município, amparado no disposto do Artigo 63 da Lei Complementar n.° 101/2000, apresenta para o exercício, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais estabelecidos nos § 1° e § 2° do artigo 4° da L. R. F.
- § 2° Foram cumpridas as determinações relativas a transparência de Gestão Fiscal, estabelecidas no Artigo 48 da L.R.F.

CAPÍTULO II METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ARTIGO 2º - A Administração estabelece como metas e prioridades, às estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo toda via como um limite ou ordem cronológica na execução da despesa.

§ 1° - As Metas e Prioridades poderão sofrer alterações, decorrentes de alocação de recursos nas esferas Estadual e Federal, não previstos no Orçamento Programa e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo estas despesas consideradas como irrelevantes, conforme § 3° do Artigo 16 da L.R.F.









§ 2° - As Metas e Prioridades serão regulamentadas pelos respectivos poderes nas respectivas esferas através de Decreto, podendo inclusive sofrer alterações, em consonância com os Artigos 16 e 17 da L.R.F.

CAPÍTULO III ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – L.O.A. – 2012

SEÇÃO I DA LEI DE ORÇAMENTO

ARTIGO 3º - A Lei de Orçamento deverá conter os preceitos estabelecidos no Artigo 2º da Lei 4.320/64, de unidade, universalidade, anualidade, assim como os quadros demonstrativos ao referido artigo.

- § 1° A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da Administração Centralizada, ou que por intermédio deles se devam realizar.
- § 2° Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
 - § 3° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
 - a) Abrir créditos suplementares até determinada importância;
 - b) Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita para atender a insuficiência de caixa, que deverá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício e liquidada até o dia 10 de dezembro de cada ano;
 - c) Adequação da previsão orçamentária para o legislativo, em função da sua base de calculo, sob a forma de suplementação ou anulação, limitando-se o Executivo ao repasse, dentro dos limites Constitucionais da E. C. nº. 58/2009.
 - d) Adequação da previsão da despesa, a recursos oriundos de convênios, limitados aos recursos efetivamente arrecadados e sem previsão de dotação, ficando o crédito limitado aos recursos específicos do convênio.

ARTIGO 4º - A Lei Orçamentária Conterá:

- I. O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II. O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações Instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- III As fontes de financiamento do orçamento serão classificadas:







I – PRIMÁRIAS (não financeiras)

Fonte 00 – Recursos Ordinários

Fonte 01 – Receitas de impostos e de Transferências de Impostos – Educação

Fonte 02 – Receitas de impostos e de Transferências de Impostos – Saúde

Fonte 03 – Contribuição para o Regime Próprio de Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)

Fonte 04 - Contribuição ao Programa Ensino Fundamental

Fonte 05 - Contribuição de Melhoria

Fonte 10 – Recursos diretamente arrecadados – (administração Indireta e Fundos)

Fonte 12 – Serviços de Saúde

Fonte 13 – Serviços Educacionais

Fonte 14 - Transferência de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Fonte 15 – Transferência de Recursos do Fundo nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

Fonte 16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE

Fonte 17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -

COSIP

Fonte 18 – Transferência do Fundeb – (aplicação na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na educação Básica – 60%)

Fonte 19 - Transferência do Fundeb – (aplicação em outras despesas da educação

Básica – 40%)

Fonte 20 - Transferência de Convênios - União/Educação

Fonte 21 – Transferência de Convênios – União/Saúde

Fonte 22 - Transferência de Convênios - União/Assistência Social

Fonte 23 - Transferência de Convênios — União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)

Fonte 24 - Transferência de Convênios - Estado/Educação

Fonte 25 - Transferência de Convênios - Estado/Saúde

Fonte 26 - Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social

Fonte 27 - Transferência de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)

Fonte 28 – Transferência de Convênios – Outros

Fonte 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -

FNAS9

Fonte 30 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

Fonte 70 - Compensação Financeira de Recursos Naturais

Fonte 71 – Multas de Trânsito

Fonte 80 – Outras Transfer6encias do Estado

II - NÃO PRIMÁRIAS (financeiras)





\$



Fonte 90 – Operações de Crédito Internas

Fonte 91 – operações de Créditos Externas

Fonte 92 - Alienação de Bens - Móveis

Fonte 93 - Alienação de bens - Imóveis

Fonte 94 – Outras Receitas Não – Primárias

Fonte 95 - Remuneração de Depósitos Bancários

ARTIGO 5º - A Lei Orçamentaria apresentará o Orçamento Fiscal e Seguridade, de forma conjunta.

SEÇÃO II DO CONTEÚDO E FORMA DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

ARTIGO 6º - A Proposta Orçamentária anual para o exercício de 2012 será encaminhada pelo Poder Executivo para o Poder Legislativo, até o dia 30 de setembro, conforme estabelece o Artigo 35 do A.D.C.T. e deverá conter:

I. Mensagem;

II. Projeto de Lei de Orçamento;

III. Tabelas explicativas das estimativas de receita e despesa;

IV. Especificações dos programas especiais de trabalho se houver;

V. Descrição sucinta de cada unidade administrativa das suas principais finalidades com a respectiva legislação;

VI. Documento a que se refere o § 6° do artigo 165 da Constituição Federal se houver (anistia, remissões, subsídios, e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia):

VII. Reserva de contingência para atendimento de Passivos Contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

ARTIGO 7º - O Orçamento Anual abrangerá os poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, bem como os órgãos e Entidades da Administração direta e indireta instituídos por Leis.

ARTIGO 8º - Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social que compõem o Orçamento Geral do Município, poderão ser apresentados no detalhamento do Orçamento em cada Programa de Ação do Governo com Demonstrativo Resumido do seu Total, no texto da Lei.

ARTIGO 9º - Na fixação das despesas anuais deverão observar:









- I. Na elaboração da Proposta Orçamentária deverá ser ouvida em audiência pública, através dos Órgãos Municipais competentes em cada área, a coletividade, sobre as prioridades de contemplação de dotações para projetos, obras e serviços de interesse do Município, relacionados especialmente ao desenvolvimento regional, a Educação, a Cultura, a situação sócio-econômica e outras influentes que possam contribuir com o bem estar e o desenvolvimento do Município.
- ARTIGO 10° A proposta Orçamentária da Seguridade Social será elaborada de forma integrada pelos Órgãos responsáveis pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, de acordo com as metas e prioridades da Lei de Diretrizes e Artigo 24 da Lei Complementar n.º 101/2000.
- ARTIGO 11º A elaboração dos Orçamentos Anuais deverão atender as normas e anexos estabelecidas pela Lei 4.320/64, complementadas pela Lei Federal n.º 101/2000, assim como as disposições da Constituição Federal:
- ARTIGO 12º Os Orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos, constarão das Leis Orçamentárias Anuais, em valores e Dotações Globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações, serão aprovados por ato do Poder Executivo, durante o exercício de sua vigência.
- § ÚNICO: Aplicam-se as Administrações Indiretas no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar n.º 101/2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, as demonstrações Consolidada do Município.
- ARTIGO 13º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, pelo Prefeito Municipal, até o dia 30 de setembro de cada ano, observadas, no entanto, as disposições estabelecidas pela Legislação Complementar Federal.
- ARTIGO 14º Poderá constar da Lei Orçamentária Anual a autorização para Suplementações Orçamentárias de Programas que na sua execução apresentarem insuficiência de dotação.
- § ÚNICO: Excluem-se eventualmente do limite estabelecido ou não, ficando desde já autorizadas, para utilização nos Poderes Executivo e Legislativo, as Suplementações de dotações para atendimento das seguintes situações:
 - I. Insuficiência de dotação nos elementos de remuneração de pessoal e encargos, considerando que os limites Constitucionais estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000 são verificados mensalmente;
 - Insuficiência de dotações nos Programas dos Fundos com recursos da União ou Estados, já disponibilizados no caixa;







- III. Suplementações referentes a contrapartidas não disponibilizados no Orçamento, referentes a recursos através de Convênios com a União ou Estado, para área de Saúde, Educação, Assistência Social.
- **ARTIGO 15º** Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do Artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000, constará uma reserva de Contingência não superior a 5% da Receita Liquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos e eventos Fiscais imprevistos.
- § ÚNICO: Aplica-se a Reserva de Contingência o mesmo procedimento e condições para os Poderes Executivo e Legislativo, no que couber
- ARTIGO 16º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual á Câmara Municipal deverá explicitar, sinteticamente a situação econômica financeira do município, dívida fundada, dívida flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar, outros compromissos financeiros, justificação da Receita e Despesas, particularmente no tocante ao Orçamento de Capital.
- ARTIGO 17º O Órgão central de finanças encarregado do Planejamento Orçamentário comandará as alterações Orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor das demais unidades orçamentárias, objetivando as aplicações em áreas prioritárias, de maior concentração de necessidade de serviços públicos.
- **ARTIGO 18º** Fica autorizada a realização de concursos Públicos para todos os poderes, desde que:
 - a) Atendam os dispositivos do Artigo 169 da C.F. e limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101 de 04.05.00.
 - b) Sejam para suprir deficiências de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicos do Município.
- ARTIGO 19º A Elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo far-se-á dentro dos valores estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 58/2009 relativos aos seus Recursos financeiros, não excedendo a 7% (sete por cento) do total das receitas tributárias e transferências constitucionais previstas no § 5º do Artigo 153, Artigo 158 e Artigo 159 da C.F, efetivamente realizada no exercício de 2011.
- § Único: A Despesa Total com o pessoal do Legislativo não poderá exceder o percentual de 6% da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos Termos dos Artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101 de 04.05.2000.







ARTIGO 20° - A Prefeitura Municipal informará, em separado da Lei Orçamentária Anual, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários incluídos na proposta orçamentária de 2012, conforme determina o Art. 100, § 1°, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta e autarquias e por grupo de despesas, especificando:

- I. O número da ação originária;
- II. O número do precatório;
- III. O tipo de causa julgada;
- IV. A data da autuação do precatório;
- V. O nome do beneficiário;
- VI. O valor do precatório a ser pago.
- § 1º Os órgãos e entidades devedores, referidos no caput deste artigo, comunicarão à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de cinco dias contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.
- § 2º A relação dos débitos, de que trata o caput deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:
 - I. Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
 - II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

ARTIGO 21º - A Lei Orçamentária Anual será elaborada nos termos da Lei 4320/64 e na legislação abaixo:

- I. Portaria nº. 06 de 20 de maio de 1999.
- II. Portaria nº. 05 de 20 de maio de 1999.
- III. Portaria nº. 42 de 14 de abril de 1999.
- IV. Portaria nº. 03 de 02 de fevereiro de 1998.
- V. Portaria SOF/SEPCAM n°: 08 de 04 de fevereiro de 1985.
- VI. Portaria Ministerial nº. 09 de 28 de janeiro de 1974.

SEÇÃO III PRINCÍPIOS E LIMITES CONSTITUCIONAIS

ARTIGO 22 - O Orçamento Anual com relação a Educação e Cultura, observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:

I - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Artigo 212 da.C.F.).





- II Aplicação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de Transferências.
- III A contribuição de 20% da Receita ao FUNDEB nos Termos da Lei EC/53/2006-regulamentada pela Medida Provisória 339/2006, deverá ser empenhada individualizada como Contribuição ao FUNDEB em Programa Específico do Ensino Fundamental e Ensino Infantil, cuja dotação deverá ser prevista nos limites da Receita Orçada.
 - IV Ensino Fundamental (Artigo 60 ADCT)
- V Aplicação de no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos (25%) apurados nos Termos do Inciso I, com o objetivo de assegurar a universalização do ensino de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.
 - VI FUNDEB Contribuição por Aluno.
 - VII (Artigo 60 § 1°, 2° e 5° ADCT)

Aplicação de no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos recebidos como contribuição registrando-se nas rubricas 1.724.01.00.

Os recursos do fundo assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termo de registro da receita, bem como da aplicação da despesa, de forma a evidenciar a Gestão do Fundo, assim como facilitar a Prestação de Contas a quem de direito.

- ARTIGO 23º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendendo os créditos Suplementares e Especiais com o recurso do excesso de arrecadação, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, nos termos do Artigo 168 da C.F.
- ARTIGO 24º As operações de créditos aplicam-se as normas estabelecidas nos Artigos 32 e 33 para a contratação, assim como os Artigos 34, 35, 36 e 37 quanto as vedações, da Lei complementar nº 101/2000 e Portaria nº. 4 do Senado.
- ARTIGO 25° As operações de crédito por antecipação de Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas no Artigo 38, da Lei Complementar nº. 101/2000.
- ARTIGO 26º É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.
- ARTIGO 27º Os precatórios Judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houver sido incluídos integram a divida Pública consolidada, para fins de aplicação dos limites constitucionais.



R. Corumbá, 500 - CEP 79.370-000 - C. Postal 04 - CNPJ 03:330.453/0001-74. Tel. Fax - 3226 2002 / 3226 1250







ARTIGO 28° - Nos Termos do Art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101, fica autorizado a:

- a) Verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para Pessoal, no final de cada semestre.
- b) Divulgar semestralmente até 30 dias após o semestre, o Relatório de Gestão Fiscal (Art. 54), e Demonstrativo de que trata o Artigo 53 da Lei Complementar nº 101.
- **ARTIGO 29°** A Despesa Total com o pessoal do Executivo não poderá exceder o percentual de 54% da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos Termos do Artigo 18, 19 e 20 da Lei complementar Federal nº. 101 de 04.05.2000.
- ARTIGO 30° A operacionalização e demonstrações contábeis compreenderão isolada e conjuntamente as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta autarquia e fundacional inclusive empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do Artigo 50 da Lei Complementar nº. 101/2000.
- ARTIGO 31° As disponibilidades de Caixa serão depositadas em instituições Oficiais nos termos do Artigo 43 da Lei complementar nº 101/2000 e § 3° do Artigo 164 da C.F., devidamente escriturada de forma individualizada, identificando-se os recursos vinculados a Órgão, Fundo, ou Despesa Obrigatória.
- ARTIGO 32º A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema da Seguridade Social, como estabelecido em Lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios.
- ARTIGO 33° O Orçamento Relativo à Saúde deverá observar os limites constitucionais estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29.
- ARTIGO 34° Integram a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do § 3° do Artigo 29 da Lei 101/2000.
- § Único: Equipara-se a Operação de crédito, e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do § 1º do Artigo 29 da Lei 101/2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos Artigos 15 e 16:
 - a) Assunção de Dividas;
 - b) O reconhecimento de Dividas;
 - c) A confissão de Dividas.







ARTIGO 35° - Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houver sido incluídos integram a divida consolidada para fins de aplicação dos limites da Divida.

CAPITULO III ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ARTIGO 36º - O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

- I. A revisão da Legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;
- II. Ao recadastramento dos contribuintes do imposto sobre Serviço de qualquer Natureza ISS, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;
- III. Á reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do ITBI adequando-o á realidade e valores de mercado;
- IV. Ao controle da Circulação de Mercadorias e Serviços produzidos e comercializados no município, para efeitos de crescimento do índice de participação no ICMS;
- V. As amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de participação dos Municípios FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e imposto sobre Produtos industrializados:
- VI. A recuperação dos investimentos, através da cobrança da Contribuição de Melhorias previstas em Leis;
- VII. A cobrança, através das Tarifas decorrentes de Serviços Públicos ou do Exercício do Poder de Polícia, com seus custos atualizados de acórdo com o dimensionamento das despesas aplicadas na Prestação dos Serviços e nas demais atividades vinculadas aos Contribuintes Imobiliários, Prestadores de serviços, comércio e Industria em geral, localizados no território do Município;
- VIII. Modernização da Administração Pública Municipal, através da informatização dos serviços, redução de Despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

CAPITULO IV EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA





ARTIGO 37º - Ao Município compete a arrecadação de todos os tributos instituídos nas Constituições Federal e Estadual vigentes e na Lei Orgânica do Município, bem como a aplicação de suas rendas.

ARTIGO 38° - As previsões de Receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações da Legislação da variação do índice de preço do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 anos, da projeção para os dois seguintes aquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

- § 1º Reestimativa de Receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- § 2º O montante previsto para Receitas de Operações de Crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.
- § 3º O Poder executivo colocará a disposição do Legislativo, antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas Orçamentárias, os estudos e as estimativas das Receitas para o exercício subsequente, inclusive da Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- ARTIGO 39° Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate a evasão e a sonegação, da quantidade e valores.
- § ÚNICO: As Despesas igualmente terão a programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.
- ARTIGO 40° Se, no decorrer do Exercício Financeiro e Fiscal, as Despesas, face a variação de preços, tender a ultrapassar os quantitativos orçados, os quais são objeto de índice de crescimento pré-fixado, e a Receita também comportar-se acima dos níveis das Despesas Estimadas, o Prefeito poderá efetuar, excepcionalmente, adequação Orçamentária compatibilizada aos efeitos inflacionários, corrigindo monetariamente os valores quantificados no projeto originalmente aprovado.
- § ÚNICO: Da mesma forma, se o comportamento da receita e despesa tender a reduzir, em função de baixa taxa inflacionária, o Prefeito adotará as medidas adequadas à contenção de despesas, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 101/2000.
- ARTIGO 41° A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renuncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO



atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I. Demonstração pelo proponente de que a renuncia foi considerada na estimativa da Receita Orçamentária, na forma do Artigo 16° da Lei complementar nº. 101, e de que não afetará as metas de resultados Fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;
- II. Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no Caput, por meio do aumento da Receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
 - § 2º O dispositivo neste Artigo não se aplica:
 - I. As alterações das alíquotas dos impostos previstos nos Incisos I, II, IV e V do Artigo 153 da Constituição Federal, na forma do seu § 1;
 - II. Ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- ARTIGO 42º Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao Patrimônio Público a geração de despesas ou assunção que não atendam o disposto nos Artigos 16 e 17 da Lei complementar n 101/2000.
- ARTIGO 43° Consideram-se como Despesas com Pessoal, as definidas no Artigo 18 da Lei complementar nº 101/2000, assim como as normas estabelecidas nos Artigos 2°, 19, 20, 21, 22 e 23 do mesmo diploma legal.
- ARTIGO 44º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as Receitas e Despesas serão Orçadas de acordo com a variação monetária prevista para o exercício de sua vigência, levando-se em consideração os índices de crescimento do ultimo exercício, as tendências de recursos para aquele ano, os serviços públicos necessários e, inclusive, as revisões tributárias decorrentes da Legislação a vigorar naquele exercício e a Legislação Federal superveniente.
- § ÚNICO A Lei Orçamentária anual estimará os valores da Receita e fixará os valores das Despesas de acordo com a variação de preços prevista para o exercício de sua vigência, observadas as disposições da Lei Federal 4320/64, Artigo 12 da Lei complementar Federal nº. 101/2000 e demais legislação superveniente.

R. Corumbá, 500 - CEP 79.370-000 - C. Postal 04 - CNPJ 03.330.453/0001-74. Tel. Fax - 3226 2002 / 3226 1250





ARTIGO 45° - As Receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as peculiaridades de cada um, gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida a financiamentos e outros necessários para sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas e obtenção de ganhos de produtividade, no que couber, ou a quem de direito o Fundo abranger.

§ ÚNICO - As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-as por rubricas específicas, inclusive as relativas aos Convênios que deverão ser individualizados.

CAPITULO V CRITÉRIOS E FORMA DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

ARTIGO 46° - Averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da Lei complementar nº. 101 serão realizadas no final de cada semestre.

- § ÚNICO Se a Despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite é vedado ao Poder ou Órgão referido no Artigo 20 que houver incorrido no excesso:
 - I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da constituição;
 - II. Criação de cargo, emprego ou função;
 - III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
 - IV. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
 - V. Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ARTIGO 47° - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei complementar nº. 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no Artigo 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos Parágrafos 3° e 4° do Artigo 169 da constituição.









- § 1º No caso do Inciso I do § 3º do Artigo 169 da constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.
- § 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.
- § 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
 - I. Receber transferências voluntárias;
 - II. Obter garantia direta ou indireta, de outro ente;
 - III. Contratar operações de crédito, ressalvados as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

ARTIGO 48° - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de emprego e movimentação financeira, segundo os critérios e condições que serão estabelecidos através de decretos dos respectivos poderes.

- § 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma populacional as reduções efetivadas.
- § 2º Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

CAPITULO VI NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DO ORÇAMENTO

ARTIGO 49° - Semestralmente os Poderes publicarão relatórios sobre o controle de custo e avaliações de resultados, contendo de forma resumida;

- I. Os programas executados e não executados, comparando-se os valores previstos com os utilizados, com avaliação dos recursos recebidos e utilizados, separando-se inclusive as Despesas pagas de outros exercícios.
- II. Quantificação dos serviços executados e atendimentos das respectivas Secretarias.

CAPITULO VII CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.







- ARTIGO 50º A Destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei Específica e estar prevista no Orçamento.
- ARTIGO 51° A Lei Orçamentária Anual, bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta pela Administração Pública Municipal, de Projetos e Atividades típicas das Administrações Estadual e Federal, ressalvados os concernentes a Despesas Previstas em convênios e acordos com Órgãos dessas esferas de governo.
- § 1º A Despesa com cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em Convênios e Acordos far-se-á em programação específica classificada conforme Dotação Orçamentária.
- § 2º Os convênios e Acordos que destinarem recursos para obras, benfeitorias, reformas, em instalações que não sejam de propriedade e domínio do Município, terão sua execução nos Registros extra-Orçamentários.
- § 3º É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, de quaisquer Recursos do Município para Clubes e Associações ou outras Entidades Congêneres, excetuadas as Creches e Escolas para o atendimento Pré-Escolar, Ensino Fundamental ou Especial a Cargo do Município e auxílio a universitários cuja renda seja insuficiente para custeio de seus estudos ou locomoções.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- ARTIGO 52º Se o projeto de Lei Orçamentária Anual, enviado ao Legislativo até 30 de setembro 2011, não for apreciado e votado pela Câmara Municipal e devolvido ao Poder Executivo para sanção até o dia 15 de dezembro do exercício proposto, o Prefeito Municipal promulgará a Lei Orçamentária a vigorar para o exercício subsequente, de acordo com o Projeto de Lei original enviado a Câmara Municipal.
- § 1º Não apresentado pelo Poder Executivo o projeto de Lei Anual ou rejeitado este pelo Poder Legislativo, fica automaticamente aprovado para vigir no exercício seguinte, o Orçamento do exercício em curso, consolidado no mês de dezembro, com suas alterações orçamentárias e autorizações concedidas relativas aos Créditos Adicionais com a devida correção monetária do exercício.
- § 2º Não ocorrendo nenhuma das situações elencadas e por força de outros motivos ocorrem que a votação pelo Legislativo, adentre o exercício da execução, fica o Executivo autorizado a utilizar-se de 1/12 avos por cada mês da proposta apresentada até a efetiva deliberação pelo Legislativo.









Artigo 53º - O Plano Plurianual de Investimentos, objetivando as metas da administração Pública Municipal para as Despesas de Capital e outras delas decorrentes e a relativas aos programas de duração continuada, será elaborado nos termos do Artigo 165 da Constituição Federal.

ARTIGO 54º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e observadas as Normas Federais complementares.

Ladário - MS, em 12 de abril de 2011.

Ladário - MS, 12 de Abril de 2011

JOSÉ ANTONIO ASSAD E FARIA
PREFEITO MUNICIPAL







01. AÇÃO LEGISLATIVA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS E PRIORIDADES PARA 2012

	AÇAU LEGISLATIVA		
1.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL;	-	Propiciar condições à Câmara Municipal para atender funções Legislativas e Fiscalizadoras.
1.2	Aperfeiçoamento dos Vereadores e funcionários da Câmara Municipal;	-	Melhoria na habilitação do pessoal da Câmara Municipal, nas diversas áreas de atuação Legislativa, criando condições para melhor desempenho de suas funções.
	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;	-	1
	Reforma do Prédio para da Câmara Municipal;	-	Dotar a Câmara de espaço próprio e adequado à execução de suas funções.
1.5	Reestruturação Administrativa.	- -	Elevar a qualidade do desempenho da função legislativa através de uma estruturação mais moderna.
02.	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
2.1	Manutenção dos Órgãos da Administração Municipal;	-	Zelar pela conservação dos bens e prestação de serviços com menor custo e encargo, para que a população seja adequada e corretamente atendida;
2.2	Aquisição de equipamentos e material permanente, especialmente na área de informática;		Dotar os Órgãos Municipais de equipamentos e materiais para consecução de seus objetivos e cumprimento de suas missões, visando tornar-los mais eficientes nos trabalhos executados;
2.3	Reestruturação Administrativa;	•	Promover a modernização de estrutura administrativa, para possibilitar maior agilidade nos procedimentos e consequente redução de custos de
2.4	Promover treinamentos para os Servidores da Prefeitura Municipal;	- -	manutenção; Capacitar os Servidores Municipais nas diversas áreas de atuação na Administração Pública Municipal, em especial nas áreas de Informática, Relações Humanas e Qualidade no







atendimento ao público.

- Levantamento registro e incorporação do Patrimônio Público Municipal;
- 2.6 Implantar o Sistema Municipal de Planejamento;

2.7 Elaboração do Plano Diretor do - Município.

- Identificar quais os bens móveis e imóveis da Prefeitura, atribuir valor, promover a incorporação ou alienação, implantar o cadastro e estabelecer processos de conservação e preservação;
- Desenvolver ações de planejamento estratégico, dotando a Prefeitura Municipal e todos os Órgãos Municipais de mecanismos para definição de políticas, diretrizes, prioridades e metas para a programação das ações da administração e o fornecimento de dados e informações para o cumprimento de regras da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- definir as bases e as regras para o planejamento econômico, social e viário do Município a fim de criar condições de melhoria da qualidade de vida da população Urbana e Rural.

03. FINANÇAS

- 3.1 Recuperação dos débitos inscritos e a inscrever na dívida ativa Municipal;
- 3.2 Ampliação da base contributiva da arrecadação própria municipal.

3.3 Implementação das ações visando o controle dos gastos municipais e os ajustes fiscais necessários à recuperação das finanças municipais;

- Implementar ações administrativas e judiciais para alocar recursos para pagamento das dívidas Municipais;
- Firmar Convênios com entidades da União para obter recursos que dêem sustentabilidade às atividades da Administração tributária e modernização da área de arrecadação, levantamento dos contribuintes omissos e identificação da planta urbana para lançamento dos impostos e cobrança de taxas;
- Fazer cumprir as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000, através da contratação ou aquisição de sistemas para gerenciamento e administração do Orçamento, Receitas, Despesas e









- 3.4 Levantamento dos imóveis urbanos e rurais para atualização dos dados econômicos;
- Pagamentos de despesas Municipais;
 Dotar o Município de um cadastro imobiliário e econômico que permita o lançamento dos impostos com maior precisão e correção;
- 3.5 Desenvolvimento de Programas para acompanhamento, fiscalização e melhoria da arrecadação municipal e dos repasses estaduais.
- Obter maior arrecadação dos tributos de competência municipal e controlar os repasses estaduais da partição do ICMS;

<u>04. Saúde Pública</u>

- 4.1 Implantação do Hospital Municipal e aquisição de equipamentos;
- 4.2 Promoção do atendimento odontológico à população em geral, escolares e inclusão no Programa Saúde da Família;
- 4.3 Construção e aquisição de equipamentos para Consultório Odontológico adaptado para o atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs);
- 4.4 Manutenção da Farmácia Básica, com inclusão de novos medicamentos na rede, via Fundo Municipal de Saúde;
- 4.5 Promover campanhas de vacinação, e vacinação de rotina, para erradicação de doenças transmissíveis, via Fundo Municipal de Saúde;
- 4.6 Manutenção das Unidades de Saúde e Hospital Municipal, via Fundo Municipal de Saúde;
- 4.7 Execução, manutenção e implementação do sistema de Vigilância Sanitária e de controle de doenças transmissíveis;

- Proporcionar melhor atendimento na área de Saúde;
- Realizar ações educativas, preventivas e curativas em toda a população e escolares da rede pública de ensino;
- Proporcionar aos Portadores de Necessidades Especiais, atendimento especializado, evitando a transferência dos mesmos fora do Município ou do Estado;
- Proporcionar às pessoas carentes o acesso aos medicamentos básicos e específicos dos Programas de saúde desenvolvidos na rede;
- Complementar as ações de outras esferas de Governo, com programas próprios de vacinação;
- Dar condições e meios para que as Unidades de Saúde e Hospital Municipal cumpram suas finalidades;
- Dotar o Departamento de Vigilância Sanitária de meios para atender as necessidades da população quanto à saúde dos alimentos e higiene dos estabelecimentos comerciais,







4.8	Ampliação e manutenção do		complementando com recursos municipais as ações desses sistemas e do Projeto VIGISUS; Aumentar as equipes e o número de
	Programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde e inclusão da Equipe de Saúde Bucal no PSF;		pessoas para acompanhamento e atendimento da população diretamente nas residências e locais mais afastados da área urbana e humanizar o atendimento odontológico à população;
4.9	Atendimento de Saúde e melhoria sanitária rural nos assentamentos de trabalhadores rurais;	- , *	
4.10	Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população	-	Promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no Sistema Único de Saúde (SUS).
<u>05. S</u>	ANEAMENTO		•
5.1	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, e Drenagem;	-	Dotar a Municipalidade de mais um complemento voltado ao bem estar e à saúde dos Munícipes, atendendo as normas da OMS;
5.2	Aquisição de ônibus equipados com consultórios Odontológico e Ambulatório Médico para atendimento da Zona Urbana e Rural;	- -	Implantação do sistema de atendimento médico odontológico à zona rural;
5.3	Apoio a programas de prevenção de doenças de veiculação hídrica	-	Implementar e adotar medidas de combate ao "AEDES AEGYPT e outros surtos que virem a surgir no Município;
5.4	Melhoria das condições habitacionais, de infra-estrutura e de saneamento básico, incluindo a melhoria do sistema de	. -	Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos subnormais nas aglomerações urbanas, por meio de ações integradas de habitação,



Criar condições de manutenção e Expansão das estradas vicinais;

Oferecer à população, novos espaços e

Conservação de estradas vicinais;

Construção de praças em bairros;

6.1

6.2





		-	melhores condições para o lazer, esporte
			e entretenimento;
6.3	Pavimentação asfáltica dos		
	Conjuntos habitacionais;		Tamandaré, Previsul e Mangueiral;
6.4	Construção e recuperação de		, ,
	estradas vicinais e pontes, na parte	1	veículos, pessoas e animais, dotando as
	baixa da cidade para escoamento das	-	estradas vicinais de perfeitas condições
	águas pluviais;		de trafegabilidade;
6.5.	Manutenção e ampliação dos	-	
	equipamentos e veículos	-	permanente assistência de toda a
	rodoviários;	1	estrutura rural do Município;
6.6		· -	Implantação, manutenção da iluminação
	iluminação Pública;		urbana e ampliar a rede rural;
6.7	Urbanização de logradouros públicos	-	Completar a arborização nas vias
ľ			urbanas e praças públicas e promover
			construção de calçadas e logradouros;
6.8	Contenção de Encostas da Área		Prover o Município de recursos para que
-	Portuária e Urbanização do Porto	٠.	a execução do plano de urbanização do
-	Geral;	·	porto geral;
6.9	Aquisição de equipamentos de	-	Criar condições para manter
	limpeza pública;		equipamentos próprios para manutenção
			dos serviços de limpeza e destinação do
			lixo urbano;
6.10	Construção de sinalização vertical e	-	Garantir a segurança no trânsito aos
]	horizontal do trânsito;		motoristas e usuários das vias públicas
			do Município;
6.11	Asfaltamento e Drenagem de todo o	- (Criar condições para captação de recursos
	percurso da linha de ônibus e da		com a finalidade de oferecer melhores
`	malha viária urbana;		condições a população;
6.12	Canalização do córrego para	_	Dotar o Município de infra estrutura
	escoamento das águas pluviais;		para contenção das águas das chuvas que
1	•		inunda os Bairros, principalmente o
,	•		Santo Antonio;
6.13	Construção de abrigos para pontos	-	atender aos usuários com a instalação
	de ônibus urbanos e rural para		adequada para aguardar a condução e
]	estudantes ao longo das vias;		proteção de chuvas e sol;
6.14	Construção de parques infantis nos	_	
	bairros;		recreação e convivência social das
	93	,	crianças;
6.15	Reforma e ampliação do paço	_	Dotar de estrutura adequada para
	municipal;	-	funcionamento da Adminbistração;
6.16	Aquisição de Caminhões, Patrola e	_	Proporcionar melhores condições de
	Pá Carregadeira;	i .	trabalho para os servidores e melhoria
		Ļ.	





	•	do atendimento público;
6.17	Construção de meio fio e calçadas	- Proporcionar melhor qualidade de vida à
	nas área centrasl e nos bairros;	população em geral;
6.18	Recomposição Asfáltica do centro e	
	dos bairros	tráfego na área central e dos bairros.
٠٨= -		•
<u>07. E</u>	DUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZ	<u>(ER</u>
7.1	Manutenção do ensino Público	- Prover a permanente assistência e
	Municipal;	manutenção da rede escolar municipal;
7.2	Desenvolvimento de programas de	- Implementar aulas suplementares para
-	redução do índice de repetência;	possibilitar melhor aproveitamento do
		ensino e redução dos índices de
		repetência e evasão escolar;
7.3	Aquisição de materiais permanentes	- Atender os PNEs;
	para a SEMEC;	
		- prover os meios de funcionamento para
7 4		
7.4	Desenvolvimento das atividades de	as ações de assistência aos educandos,
	educação e incentivo à cultura;	ampliação de bibliotecas e realização de
		comemorações cívicas e culturais;
7.5	Decenvalvimente de musietes que	
1.5	Desenvolvimento de projetos que	
	visem buscar a cidadania plena de nossos alunos;	·
	nossos atunos,	Patienulas a famostas a descântitui est
7.6	Construção de quadras de esporte	- Estimular e fomentar o desenvolvimento
7.0	coberta e descoberta na rede escolar;	de atividades esportivas e culturais e
7.7	Construção de Centros Comunitários	promover eventos artísticos Municípal;
1.,1	construção de centros comunitarios	- Implementar aulas de reforço escolar na
7.8	Implantação de programas de	comunidade através dos Bairros; - Promover o esporte como forma de
	iniciação esportiva;	disciplina educacional;
7.9	Implantação do programa de	- Dotar as escolas municipais de mejos
	alfabetização de adultos;	para oferecer cursos que possibilitem
	www.	aos adultos se alfabetizarem;
7.10	Manutenção das bibliotecas;	- Dotar a biblioteca de acervo
	and distributions,	bibliográfico para consulta e pesquisa;
7.11	Manutenção do programa de	- Oferecer transporte escolar para os
	transporte escolar;	alunos de áreas ou regiões onde haja
	*	implantação de escola pólo;
7.12	Implementação de programas de	- Desenvolver o esporte em várias
	incentivo ao esporte amador	modalidades para incentivar e
	*****	proporcionar condições para o
	.	' I









7.13 7.14 7.15	Reforma e melhoria nas instalações das escolas municipais; Informatização da SEMEC e suas escolas; Implementação do ensino fundamental na zona rural e outros locais que preencham os requisitos	desenvolvimento sadio da juventude; - proporcionar aos estudantes e professores melhores condições para as atividades escolares; - Dotar de equipamentos de informática a Secretarias e as Escolas; - proporcionar a melhoria da qualidade de vida social na zona rural;
	mínimos;	
7.16	Complementação da merenda escolar; Construção de espaços esportivos públicos;	 Prover meios de suprir eventuais falhas do sistema nacional de merenda escolar; Dotar o Município de locais apropriados para o desenvolvimento e prática de diversas modalidades desportivas;
7.18	Construção de espaços públicos para o desenvolvimento da cultura;	Proporcionar melhores acomodações à população durante a realização de eventos culturais;
7.19	Promoção de capacitação e cursos de formação;	- Proporcionar formação continuada e atualização aos profissionais da Educação;
7.20	Promoção de eventos culturais;	- Oportunizar momentos de reflexão visando uma mudança social;
7.21	Promoção de eventos esportivos e de lazer;	- Adotar políticas de desenvolvimento culturais e esportivos;
7.22	- Construção de Escola Municipal.	- Aumentar o número de vagas de alunos no Ensino Fundamental, para suprir a demanda desejada da população ladarense.
ΛÖÖ	PROMOÇÃO SOCIAL	
8.1		- Prover e manter permanentemente a Rede Municipal de Assistência Social;
8.2	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;	- Auferir recursos financeiros para implantação e implementação de programas e projetos sociais no Município de Ladário, sendo projeto compromisso com o cidadão, abrangendo vários outros seguintes, tais como: Projeto Curumim, PDF (Portadores de Deficiências Físicas), Agente Jovem, PÉTI, Idoso,







8.3	Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;	CONVIVER, Obra do Berço, Canoa, Artesão, Jovem Cidadão, PAIF, Auxílio Pescador, geração de renda, Justiça para Todos, Sentinela e Abrigo Reduzir e contribuir para a eliminação e prevenção do trabalho infantil nos locais onde esse trabalho possui claros efeitos incapacitantes sobre o desenvolvimento da criança e/ou interfere com sua frequência escolar;
8.4	Implantação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher;	- Políticas e ações que visem atender a mulher em todos os aspectos, desenvolvendo medidas que propiciem a igualdade social no intuito de atingir pleno exercício da cidadania;
8.5	Implantação de Projetos Sociais voltado ao incentivo a leitura;	- Facilitar o acesso da população carente ao livro, incentivando o gosto pela leitura, levando ao surgimento de multiplicadores culturais na população de baixa renda;
8.6	Implantação do PROCON;	- Implementar normas e exercer os encargos de fiscalização, pesquisa de preços e condições gerais de abastecimento de bens e serviços essenciais ao consumo da população;
8.7	Manutenção do Programa Conviver;	- Atender ao idoso, estimulando sua integração social, favorecendo a melhoria de sua convivência na família e na comunidade;
8.8	Aquisição de equipamentos permanente para a Secretaria Municipal de Promoção Social;	
8.9	Manutenção dos Centros de Convivência Infantil;	- Liberar a mãe para trabalhar fora do lar e proporcionar, à criança de 0 a 3 anos e 11 meses, a proteção indispensável a essa etapa tão vulnerável de vida;
8.10	Implantação de Programas voltados ao auxílio para atendimento às mães que precisam da Creche;	- Liberar a mãe para trabalho fora do lar e proporcionar, à criança de 0 a 6 años, a proteção indispensável a essa etapa tão vulnerável de vida;
8.11	Implantação de Projetos para a aplicação de medidas sócio-	- Acompanhar adolescentes a quem se atribuiu a autoria de ato infracional,









2	8.12	educativas; Implantação de Programas para proporcionar alternativas de fontes de renda, com a criação da Casa do Artesão, Feira Comunitária, Bazar, Clube de Mães e outros;		mediante orientação, acompanhamento pessoal e familiar; Proporcionar às famílias de baixa renda, entidades da Rede Municipal de Assistência Social e pequenos produtores rurais o escoamento de seus produtos, gerando renda complementar para sustento das famílias;
	8.13	Implantação de Projetos visando retirar das ruas crianças e adolescentes;	-	Oferecer alternativas de ocupação para manter crianças e adolescentes em condições dignas;
	8.14	Implantação de Programa de apoio à Família;	-	Desenvolvimento de ações que proporcionem a reestruturação da base familiar;
	8.15	Implantação de Programa de Apoio à Gestante;	-	Proporcionar as gestantes carentes condições para uma gestação consciente e responsável;
	8.16	Implantação de Programa de Enfrentamento à Pobreza;	-	Desenvolver projetos que viabilizem a criação de associações de produção e renda de produtos artesanais, manufaturados e semi-industrializados para melhoria da condição sócio-econômico das famílias que estão abaixo da linha de pobreza.
	8.17	Implantação do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social;	-	Preparar jovens para atuarem junto às comunidades em áreas setoriais específicas de modo intergeracional com o intuito de não só promover a reversão de indicadores sociais problemáticos identificados, como, paralelamente, habilitar-se a desenvolver um projeto

09. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

pessoal de vida.

- 9.1 Manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural;
- 9.2 Implantação de Programas visando o desenvolvimento econômico;
- Dar ao CMDR a posição de entidade de desenvolvimento e de incremento a organização da atividade rural e políticas de Desenvolvimento Rural e implementação de agroindústrias;
- Dotar o Município de mecanismos para executar ações visando o









		desenvolvimento econômico;
9.3	Incentivo e apoio à produção de	- Implantação de uma política de apoio ao
	hortifrutigranjeiros;	aumento de produção de
	5 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	hortifrutigranjeiros;
9.4	Implantação do Programa Educação	- Desenvolver atividades visando a
	Ambiental;	educação da população na proteção do
	,	meio ambiente e investimentos na
•		manutenção do controle ambiental;
9.5	Promover incentivos à instalação e	- Apoio técnico e financiamento para
,,,,,	criação de empresas caseiras e	instalação de empresas caseiras;
	agroindústrias;	mstaragao de empresas caserras,
9.6	Desenvolvimento do programa de	- Implementar projetos e apoiar ações
ľ	incentivo e fomento à diversificação	para a diversificação das atividades
	da atividade rural;	rurais;
9.7	Incentivo à instalação de industrias e	- Implementar programas e ações
	desenvolvimento e ampliação dos	destinadas ao desenvolvimento do
-	setores de turismo e comércio;	comércio, da industria e do turismo;
9.8	Aquisição e equipamentos, máquinas	- Atender aos pequenos produtores na
-	e implementos agrícolas, aquisição	manutenção da propriedade em
ĺ	de patrulha mecanizada;	condições de produzir para a
		subsistência e comércio;
9.9	Implementação de ações de	- Operacionalização do programa de
	conservação ambiental;	recebimento de embalagens vazias de
	,	defensivos agrícolas e tríplice lavadas;
9.10	Desenvolvimento do programa de	- Apoio técnico e financeiro para a
	hortas escolares e comunitárias;	implantação e manutenção de hortas,
		com finalidade de melhoria da colheita
		de alimentos e como renda;
9.11	Implantação do programa de hortas	- Criar condições e oferecer opções de
	medicinais;	tratamento com produtos naturais de
		menor custo;
9.12	Implantação de Feiras Livres;	- Criar novos espaços para exposição e
		comercialização da produção
		hortifrutigranjeiros em todos os Bairros;
9.13	Instituição do programa de coleta	- Eliminar o lixão, criando oportunidade
	seletiva ao lixo urbano;	de geração de renda com a reciclagem
		do lixo e redução do impacto ambiental
	;	
0.14	Implementação do mas autora da	causado pelo acumulo de lixo;
9.14	Implantação de programa de	- Dar apoio aos setores no
	capacitação para os setores de	aperfeiçoamento e preparação de mão-
	Comércio, industria e turismo;	de-obra, execução das atividades
		inerentes a cada um deles;









9.15	Aquisição de área para implantação do Distrito Industrial do Município;	- Criar mais oportunidades de emprego e dotar o Município de condições para o direcionamento ao desenvolvimento do setor industrial;
9.16	Împlantação do cinturão verde no Município;	 Estimular a produção de hortifrutigranjeiros; Oferecer suporte para o escoamento da
9.17	Implantação de um Terminal de Comercialização de Produtos Agrícolas;	produção de hortifrutigranjeiros;
9.18	Implantar um Centro de Treinamento Profissional;	- Criar um local para a realização de cursos profissionalizantes, indispensáveis para a capacitação de mão-de-obra;









ANEXO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – 2012 Despesas Obrigatórias, Constitucionais e Legais (LC 101, art. 9°, § 2°)

I – DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER CONTINUADO

- 1. Pessoal è Encargos Sociais
- 2. Alimentação Escolar Recursos FNDE
- 3. Atendimento Ambulatorial Emergencial e Hospitalar Sistema Único de Saúde
- 4. Atendimento à População com Medicamentos
- 5. Beneficios Previdenciários
- 6. Manutenção do Ensino Fundamental
- 7. Manutenção da Educação Infantil
- 8. Sentenças Judiciais com Trânsito em Julgado
- 9. Fornecimento de Cestas Básicas.
- 10. Atendimento Assistencial Básico PAB SUS
- 11. Assistência Social Geral
- 12. Transporte Escolar
- 13. Amortização da Divida Contratada

II – OUTRAS DESPESAS DE CARATER CONTINUADO

- 1. Limpeza e conservação
- 2. Vigilância
- 3. Abastecimento de água

JOSÉ ANTONIO ASSADE FARIA.

Prefeito Municipal

R. Corumbá, 500 - CEP 79.370-000 - C. Postal 04 - CNPJ 03.330.453/0001-74. Tel. Fax - 3226 2002 / 3226 1250



PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo III - Metas Fiscais (LDO2012)

		2012			2013			2014	
Especificação	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB) *100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB) *100
Receita Total	30.499.200,00	29.326.153,85	0,0602	33.066.700,00	30.560.720,89	0.059	35.166.435,45	30.056.782,44	0,0568
Receitas Primarias (1)	30.545.859,61	29:371.018,86	0,0603	32.111.420,44	29.677.837,74	0,0573	35,516,515,46	30.355.996,12	0,0573
Despesa Total	30.499.200,00	29.326.153,85	0,0602	33.066.700.00	30.560.720,89	0,059	35.166.435,45	30.056.782,44	0,0568
Despesa Primárias (II)	29.578.997,76	28.441.344,00	0,0584	32.971.708,80	30.472.928,65	0,0589	36.468.028,80	31.169.255,38	0,0589
Resultado Primário (1 - II)	966.861,85	929.674,86	0+	-860.288,36	-795.090,91	0.	-951:513,34	-813.259,26	0.
Resultado Nominal	475.000,00	456:730,77	0,0009	525.566,60	485.736,23	0,0009	581.297,68	496.835,62	0,0009
Dívida Pública Consolidada	3.693.430,68	3.551.375,65	0,0073	4.086.618,54	3.776.911,77	0,0073	4.519.963,57	3.863.216,73	0,0073
Dívida Consolidada Líquida	1.050:351,26	1.009.953,13	0,0021	1.162.167,45	1.074.091,91	0,0021	1.285.403,69	1.098.635,63	0,0021





RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IV - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LDO 2012)

Especificação	Metas	%	Metas	%	Varia	ção
	Previstas em 2010(a)	PIB	Realizadas em 2010(b)	PIB	Valor (c) - (b-a)	% (c/a) * 100
Receita Total	26.000.000,00	0,1076	26.584.380,58	0,1076	584.380,58	0,1076
Receitas Primárias (1)	25.789.800,00	0,1068	26.363.616,89	0,1068	573.816,89	0,1068
Despesa Total	26.000.000,00	-0,1076	25.316.185,42	0,1076	-683.814,58	0,1076
Despesa Primárias (II)	25.525.000,00	0,1057	24.995.418,62	0,1057	-529.581,38	0,1057
Resultado Primário (I - II)	264.800,00	0,0011	1.368.198,27	0,0011	1.103.398,27	0,0011
Resultado Nominal	716.791,55	0,003	716.791,55	0,003	0,00	0,003
Dívida Pública Consolidada	4.143.430,68	0,0172	4.143.430,68	0,0172	0,00	0,0172
Dívida Consolidada Líquida	1.500.351,26	0,0062	1.500.351,26	0,0062	0,00	0,0062





PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74



Anexo V - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LDO 2012)

Página	
: 1 of	

Especificação				VALORES A		PREÇOS CORRENTES	ITES			•	
Lapaciiicação	2009	. 2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	0,00	26.584.380,58	0,	32.500.000,00	22,25	30.499.200,00	-6,16	33.066.700,00	8,42	8,42 35.166.435,45	6,35
Receitas Primárias (+)	0,00	26.363.616,89	0	32.290.000,00	22,48	30.545.859,61	-5,4	32.111.420,44	5,13	5,13 35.516.515,46	10,6
Despesa Total	0,00	25.316.185,42	0	32.500.000,00	28,38	30.499.200,00	-6,1 <u>6</u>	33.066.700,00	8,42	8,42 35.166.435,45	6,35
Despesa Primárias (II)	0,00	24.995.418,62	0	32.275.000,00	29,12	29.578.997,76	-8:35	32.971.708,80	11,47	11,47 36.468.028,80	10,6
Resultado Primário (1 - II)	0,00	1.368.198.27	· O	15.000,00	-98,9	966.861,85 6345,75	6345,75	-860.288,36	-188,98	-951.513,34	10,6
Resultado Nominal	. 0,00	716.791,55	. 0	225.000,00	-68,61	475.000,00	111,11	525.566,60	10,65	581.297.68	10,6
Dívida Pública Consolidada	0,00	4.143.430,68	0	3.918.430,68	-5,43	3.693.430,68	-5,74	4.086.618,54	10,65	4.519.963,57	10,6
Divida Consolidada Líquida	0,00	1.500.351,26		1.275.351,26	-15	1.050.351,26	-17,64	1.162.167,45	10,65	10,65 1.285.403,69	10,6
Especificação				VALORES Á		PREÇOS CONSTANTES	NTES				
- - - - - - - - - -	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	0,00	25.561.904,40	0	31.250.000,00	22,25	29.326.153,85	-6,16	30.560.720,89	4,21	4,21 30.056.782,44	-1,65
Receitas Primárias (I)	0,00	25.349.631,62	0	31.048.076,92	22,48	22,48 29.371.018,86	-5, 4	29.677.837,74	1,04	1,04 30.355.996,12	2,29
Despesa Total	0,00	24.342.485,98	Ò	31.250.000,00	28,38	29.326.153,85	-6,16	30.560.720,89	4,21	4,21 30.056.782,44	-1,65
Despesa Primárias (II)	0,00	24.034.056,36	0	31.033.653,84	29,12	28:441.344,00	-8,35	30.472.928,65	7,14	7,14 31.169.255,38	2,29
Resultado Primário (1 - II)	0,00	1.315.575,26	0	14.423,08	-98,9	929.674,86	6345,74	-795.090,91	0	-813.259,26	0
Resultado Nominal	0,00	689.222,64	0	216.346,15	-68,61	456.730,77	111,11	485.736,23	6,35	496.835,62	2,29
Divida Pública Consolidada	0,00	3.984.067,96	0	3.767.721,80	-5,43	3.551.375,65	-5,74	3.776.911,77	6,35	6,35 3.863.216,73	2,29
Dívida Consolidada Líquida	0,00	1.442.645,44	. 0	1.226.299,28	-15	1.009.953,13	-17,64	1.074.091,91	6,35	6,35 1.098.635,63	2,29
		:		•							*





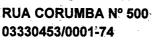
RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo VI - Evolução do Patrimônio Líquido (LDO 2012)

Patrimônio Líquido	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Cápital	5.529.864,56	0	2.403.683,86	0	1.600.868,39	0
Řeservás	0,00	0	0,00	. ,0	0,00	О
Resultado Acumulado	0,00	0	0,00	0	0,00	. 0
	Regime Previdenc	iário		#		
Patrimônio Líquido	2010	%	2009.	- %	2008	%
Patrimônio/Capital	0,00	0	.0,00	. 0	0,00	0
Reservas	0,00	0	0,00	. 0	0,00	0
Resultado Acumulado	0,00	0	0,00	0	0,00	- о







Anexo VII - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos (LDO 2012)

Receitas Realizadas	2010 [°] (a)	2009 (d)	2008
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
Despesas Liquidadas	2010 (b)	2009 (e)	2008
DESPESAS LIQUIDADAS	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO REC. C/ALIENAÇÃO DE A1	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PRI	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a-b) + (f)	(f) = (d-e) + (g)	(g)
- SALDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00

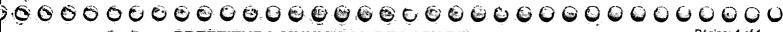


RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo VIII - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (LDO 2012)

Receitas Previdenciárias	2010	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	, 0,00	0,00	0,00
Out.Contr.Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compen.Previdenciárias RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00,	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens-	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	. 0,00
REPASSES PREVID RECEBIDOS PELO RPPS	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID PARA COBERTURA DO DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1)	0,00	0,00-	0,00
Despesas Previdenciárias	2010	2009	2008
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	- 0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	- ,0,00 ·	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	· · 0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd:Aposent: RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd Pensões RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (.II.)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	ó	0	- C





Página: 1 of 1

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IX - Projeção Atuarial do RPPS (LDO 2012)

EXERCÍCIO ·	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID. Valor (b)	DESPESAS PREVID. Valor (c)	RESULTADO PREVID. Valor d - (a+b-c)	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICT RPPS (e)
			1		





Página: 1 of 1

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo X - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LDO 2012)

SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA	N PREVISTA			COMPENSAÇÃO
35. W	Tributo/Contribuição	2012	2013	2014	
* % \$	<u> </u>	<u> </u>		•	







RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo XI - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LDO 2012)

EVENTO	Valor Previsto 2012
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-)Trånsf. Contitucionais	0,00
(-)Transf. FUNDEB	0,00
Saldo Final Aumento Perma Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) - (I+II)	0,00
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	.0,00



03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0001 Processo Legislativo Programa Descrição **Ações** 0001 0001 CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO 0001 CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO Entidade CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO Unid.Orçam. 010100 CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO 010100 010100 CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO Proj.Ativ. Função SubFunção 2001 1011 Manutenção das Atividades Legislativas Manutenção das Atividades Legislativas Cont./Reforma e Ampliação da Camara Municipal 9 2 Legislativa Legislativa Legislativa 031 Ação Legislativa 031 Ação Legislativa 031 Ação Legislativa FonGrupo 2 TESOURO TESOURO TESOURO FonCódigo Categoria Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Despesas de Capital **Despesas Correntes** Despesas de Capital Total Geral do Programa: Meta 8 8 8 1.490.800,00 1.426.500,00 35.300,00 29.000,00 Valor

00

6 6

00

Página: 1 of 1

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO



	0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2011 Precatório Judiciais 04 Administração 062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 00 Recursos Ordinarios 3 Despesas Correntes	Ações Entidade Unid. Órçam. Proj. Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria 0002 PREFEITURÁ MUNICIPAL DE LADÁRIO 020100 GÁBINETE DO PREFEITO 2004 Manutenção da Advocacia Geral do Municipio 02 Judiciária 062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 07 TESQURO 08 Recursos Ordinários 3 Despesas Correntes	PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74 Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012) Programa Descrição 0003 Manutenção das Atividades da Procuradoria
Total Geral do Programa:	100	<i>Meta</i> 100	
256.800,00	235.000,00	Valor 21.800,00	



RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0002 Cordenação de Politica Programa Descrição Ações 0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO 0002 PREFEITURA MÚNICIPAL DE LADÁRIO 0002 PRÉFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO Entidade Unid.Orçam. 020100 GABINETE DO PREFEITO 020100 GABINETE DO PREFEITO 020100 GABINETE DO PREFEITO Proj.Ativ. Função SubFunção 2003 2002 2002 Manutenção do Cerimonial, Eventos Públicos e Oficiais Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito Administração Administração Administração 122 122 Administração Geral 131 Comunicação Social Administração Geral FonGrupo FonCódigo 2 TESOURO TESOURO TESOURO 8 Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Categoria Despesas Correntes Despesas de Capital Despesas Correntes Total Geral do Programa: Meta 0 8 100 1.013.800,00 851.000,00 117.000,00 45.800,00 Valor

Página: 3 of 3



Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74	Página: 4 of 4		
Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)		-	
0005 Ação Administrativa			
Ações .			٦
w.	•	Meta	Valor
0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020100 GABINETE DO PREFEITO.		100	10.500,00
2005 Manutenç			
Up Defess Nacional			
	arios		
3 0	Despesas Correntes		•
0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO	-	100	1,18,600,00
020200 SECRETARIA			
2006 Programa Nacional do Transporte Escolar - Convênio 04 Administração			
122 Administração Geral			
01 TESOURO			
00 Recursos Ord	inarios Despesas Correntes		
0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO		100	7.000,00
020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2006 Programa Nacional do Tránsporte Escolar - Convênio 04 Administração			
01 TESOURO On Recursos Ordinarios			
4	Despesas de Capital		
		æ	
		- Ta.	

03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO Programa Municipal de Alimentação Escolar Administração 122 Administração Geral **TESOURO**

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO Despesas Correntes 8 14.000,00

Recursos Ordinarios

020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2007 Programa Municipal de Alimentação Escolar Administração 122 Administração Geral TESOURO Recursos Ordinarios Despesas de Capital

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2008 Programa Municipal do Transporte Escolar Administração Administração Geral **TESOURO** 8 Recursos Ordinarios 8 27.000,00

Despesas Correntes

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2008 Programa Municipal do Transporte Escolar Administração 122 Administração Geral TESOURO Recursos Ordinarios 8 29.400,00

Despesas de Capital

6

8

88.000,00

Página: 5 of 5



RUA CORUMBA Nº 500

03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2009 Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão

Administração

122 Administração Geral 01 TESOURO

Recursos Ordinarios

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2010 Encargos Gerais do Município 28 Encargos Especiais 843 Serviço da Dívida Interna 01 TESOURC	0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2010 Encargos Gerais do Municipio 28 Encargos Especiais 843 Serviço da Divida Interna 01 TESOURC	O002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020200 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 2009 Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão 04 Administração 122 Administração Geral 01 TESOURO	
MENTO E GESTÃO cipio ciais o da Dívida Interna 01 TESOURO 00 Recursos Ordinarios 4 Despesas de Capital	MENTO E GESTÃO cipio cipio vo da Divida Interna o da Divida Interna o 1 TESOURO 100 Recursos Ordinarios 3 Despesas Correntes	Gestão Recursos Ordi	3 Despesas Correntes
100	100	100	
1.761.000,00	58.700,00.	118.600,00	

8

4.500.000,00

Página: 6 of 6

03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020600 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL Manutenção da Secret. Municipal de Gestão Governamental

Administração Administração Geral

TESOURO Recursos Ordinarios

Despesas Correntes 7.000,00

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020600 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL 2023 Manutenção da Secret. Municipal de Gestão Governamental Administração 6

122 Administração Geral TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO 020700 SECRET. ESPECIAL DE FOMENTO E DESENV. ECONOMICO 8 144.500,00

Direitos da Cidadania 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

TESOURO

8 Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

8

4.000,00

020700 SECRET. ESPECIAL DE FOMENTO E DESENV. ECONOMICO. 2024

Manutenção das Atividades da Secretaria SEMIPS

"Direitos da Cidadania

422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

TESOURO

8 Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

8

99.800,00

Página: 7, of 7

0002

2024

Manutenção das Atividades da Secretaria SEMIPS

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

600000

0000

RUA CORUMBA Nº 500

03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0006

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

021300 FUNDAÇÃO DE TURISMO MEIO AMB. E ÇULTURA DE LADÁRIO Matenção das Atividades da FMCE

Administração

122 Administração Geral TESOURO

Recursos Ordinarios

8

0006 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES 021300 FUNDAÇÃO DE TURISMO MEIO AMB. E CULTURA DE LADÁRIO Despesas Correntes 8 7.000,00

122 Administração Geral **TESOURO**

Matenção das Atividades da FMCE

Administração

Despesas de Capital

Recursos Ordinarios

Total Geral do Programa: 7.033.900,00

O004 · Alimentação Escolar Programa Descrição

Ações Entidade Unid Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria

Meta 8

176.200,00

Valor

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

020300 SECRETARIA MUINICIPAL DE EDUCAÇÃO 2012 Programa Nacional de Alimentação Escolar Educação

666

306 Alimentação e Nutrição **TESOURO**

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

Total Geral do Programa:

176.200,00

100

38.800,00

Página: 8 of 8



Página: 9 of 9

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

193.800,00	Total Geral do Programa:
	3 Despesas Correntes
	00 Recursos Ordinarios
	01 TESOURO
	361 Ensino Fundamental
	12 Educação
	2013 Programa Nacional do Transporte Escolar - PNAT
193.800,00	0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO 020300 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
	Entidade Unid.Orçam. 'Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria
	Ações
	0006 Transporte Escolar
7	riyyania besciyad





Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

Página: 10 of 10
1 1 1



1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0002 0009 0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED. FUNDEB 0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED. FUNDEB FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED- FUNDEB PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA 020500 020300 SECRETARIA MUINICIPAL DE EDUCAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA 2020 Manutenção do Ensino Fundamental - 40% 2020 2017 2015 Manutenção do Ensino Fundamental - 40% Manutenção de Centros de Educação Infantil Pessoal e Encargos Ensino Fundamental - 60% Educação Educação Eduçação Educação 365 Educação Infantil 361 Ensino Fundamental Ensino Fundamental Ensino Fundamental TESOURO TESOURO **TESOURO TESOURO** 8 8 8 8 Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Despesas de Capital Despesas Correntes Despesas de Capital Despesas Correntes 8 6 8 8 3.600.000,00 1.060.000,00 58.700,00 7.000,00

600

0

66

Y.

Página: 11 of 11



600000000

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO

03330453/0001-74 RUA CORUMBA Nº 500

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED. FUNDEB 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA 2018 Pessoal e Encargos Educação Infantil - 60% Educação 365 Educação Infantil

TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED- FUNDEB 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA 2019 Pessoal e Encargos Eja - 60% 12 Educação 01 TESOURO 00 Recursos Ordinarios	0009 FUNDO DE MÂN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED- FUNDEB 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA 2021 Manutenção da Educação Infantil - 40% 12 Educação Infantil 01 TESOURO 00 Recursos Ordinarios	0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED- FUNDEB 020500 SEÇRETARIA MUNICIPAL DE ÁSSIST. SOCIAL E CIDADANIA 2021 Manutenção da Educação Infantil - 40% 12 Educação Infantil 01 TESOURO 3 Despesas Correntes
100	100	.100
236.700,00	24.300,00	1.254.600,00

8

1.223.600,00

Página: 12 of 12

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED. FUNDEB 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA

2022 Manutenção da Educação Basica Eja - 40% Educação

366 Educação de Jovens e Adultos 01 TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

Total Geral do Programa:

8.257.000,00

100

129.500,00

Página: 13 of 13

03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**



PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

Programa Descrição	i i
- 궁	
Entidade Unid Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria	Meta
RIO	100
12 Educação 361 Ensino Fundamental 01 TESOURO	
4 Despesas de Capital	
0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO	100
361 Ensino Fundam	
01 TESOURO	
00 Recursos Ordinarios	
4. Despesas de Capital	
0009 FUNDO DE MAN DES ED. BAS E VAL. PROF. ED- FUNDEB	100
12 Educação	
01 TESOURO	



Página: 14 of 14



03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0009 FUNDO DE MAN. DES.ED. BAS.E VAL. PROF. ED. FUNDEB 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA Aquisição de Terrenos p/ Contrução de Escolas Educação 361 Ensino Fundamental 100

TESOURO Recursos Ordinarios

0009 FUNDO DE MÁN. DES ED. BAS E VAL. PROF. ED- FUNDEB 0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 0009 FUNDO DE MAN DES ED BAS E VAL. PROF ED FUNDEB 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 020500 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E CIDADANIA 1010 1006 1008 Cont./Reforma e Ampliação de CEINF Cont.Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde Aquisição de Terrenos p/ Contrução de CEINF 6 Educação Saude 365 Educação Infantil 301 Atenção Básica Educação Infantil 으 TESOURO **TESOURO TESOURO** Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Despesas de Capital Despesas de Capital Despesas de Capital Despesas de Capital 6 9 8 550.000,00 58.700,00 7.000,00

0

68.700,00

Página: 15 of 15



03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020300 SECRETARIA MUINICIPAL DE EDUCAÇÃO

00000

Construção/Reforma e Ampliação de Centros Educacionais

Educação

365 Educação Infantil 01 TE

TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

6

58.700,00

0002 PRÉFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020300

SECRETARIA MUINICIPAL DE EDUCAÇÃO 1004 RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS

Educação

365 Educação Infantil

TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

6666

Total Geral do Programa:

1.834.900,00

8

58.700,00

Página: 16 of 16



RUA CORUMBA Nº 500

03330453/0001-74 Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

Programa Descrição 0018 Expansão da Estrutura Urbana Ações 0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO Entidade Unid.Orçam. 020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO Proj.Ativ. 1013 Construção/Reforma Portos, Praças e Ponto de Onibus 1012 Pavimentação Gal. Pluviais, Meio fio, Calaçadas e Esgoto Função SubFunção 5 451 Infra-Estrutura Urbana Urbanismo Urbanismo 451 Infra-Estrutura Urbana FonGrupo FonCódigo TESOURO TESOURO Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Categoria Despesas de Capital Despesas de Capital Meta 6 6 1.975.000,00 587.000,00 Valor

Total Geral do Programa:

2.562.000,00

Página: 17 of 17



Programa Descrição

0009 Obras e Equipamento Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

2016 Manutenção das Atividades da Secret. Desenv. Integrado 15 Urbanismo 452 Serviços Urbanos	0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	452 Serviços Urbanos 01 TESOURO 00 Recursos Ordinários	0002 PREFEÎTURA MUNICIPAL DE LADÁRIO 020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 2016 Manutenção das Atividades da Secret. Desenv. Integrado 15 Urbanismo	Ações Entidade Unid Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria
		Correntes		
	100	i i i i i i i i i i i i i i i i i i i	100	Meta
	58.700,00	1 1 1	1.107.000,00	Valor

Total Geral do Programa:

1.165.700,00

Página: 18 of 18



03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0010 Apoio a Comunidade Programa Descrição Ações 0004 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 0004 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 0004 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL Entidade Unid Orçam. 020800 SECRET. ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS 020800 SECRET. ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS 020800 SECRET ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo 2026 2025 Manutenção das Atividades da Sec. de Ação Social 2025 Manutenção das Atividades da Sec. de Ação Social Manutenção do Programa IGD Assistência Social Assistência Social Assistência Social 244 Assistência Comunitária 244 Assistência Comunitária 244 Assistência Comunitária 00 Recursos Ordinarios **TESOURO** TESOURO TESOURO 8 8 Recursos Ordinarios Recursos Ordinarios Categoria Despesas Correntes Despesas de Capital Despesas Correntes Meta 8 8 8 1.311.800,00 11.000,00 94.000,00 Valor -

Página: 19 of 19



Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0004 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 020800 SECRET. ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS Manutenção do Programa IGD

8

13.000,00

Assistência Social

244 Assistência Comunitária

TESOURO Recursos Ordinarios Despesas de Capital

8

0004 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 020800 SECRET. ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS 262.400,00

Manuteção das Ações do FMAS -08 - Assistência Social -- - -

1

244 Assistência Comunitária

TESOURO Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

100 70.500,00

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL SECRET. ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS

0004

2027 Manuteção das Ações do FMAS Assistência Social 244 Assistência Comunitária **TESOURO**

Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

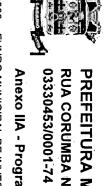
0008 FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL 021000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 8 91.600,00

2029 Manutencao das Atividades do FMIS Assistencia Social 244 Assistência Comunitária

Recursos Ordinarios Despesas Correntes

TESOURO

03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500** PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO



RUA CORUMBA Nº 500

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0008 FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL

021000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Manutencao das Atividades do FMIS Assistência Social

244 Assistência Comunitária 2

TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

Total Geral do Programa:

1.857.300,00

Programa Descrição

0012 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

-

-}

Į.

1

ţ

ŀ

F

ŧ

4

* ****

1

Ações

Entidade

Unid.Orçam.

Proj.Ativ.

Função SubFunção

FonGrupo

FonCódigo

Categoria

Meta

8

12.000,00

Valor

0005 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

020900 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE

2028

Manutenção das Atividades do FMCAD

Assistência Social

Assistência à Criança e ao Adolescente

TESOURO

8

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

8

3.000,00

0005 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

020900 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE

2028

Manutenção das Atividades do FMCAD

Assistência Social

243 Assistência à Criança e ao Adolescente

TESOURO

8

Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

Total Geral do Programa:

15.000,00

8

3.000,00



03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

Programa Descrição 0011 Esporte e Lazer **Ações** Entidade Unid.Orçam. 0007 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 0007 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 021100 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE 021100 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria 2030 2030 Manutencao das Atividades da Fundação de Esporte Manutencao das Atividades da Fundação de Esporte 27 Desporto e Lazer Desporto e Lazer 811 Desporto de Rendimento 811 Desporto de Rendimento TESOURO TESOURO - ·00 - - Recursos Ordinarios -Recursos Ordinarios Despesas de Capital Despesas Correntes 6 100 24.700,00 1 4.000,00 Valor

Total Geral do Programa:

28.700,00

Página: 22 of 22



Página: 23 of 23

RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

								Ações	0013	Prog
		****			•	0010 FI	Entidade	ões	Politica F	Programa Descrição
	-	Africa independent and part procession, in the			021200 .F.01	0010 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	Entidade Unid Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria	ek	0013 Politica Habitacional	scrição
•	ξ,	† †			1009 C	VL. DE HABIT.	Proj.Ativ.			
		1		16 -	PAL DE FI	ĄÇÃO DE	Função		*	
	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	01	482 Habitação Urbana	Habitação	1009 Construção de Unidades Habitacionais	INTERESSE S	SubFunção			
			ção Urbana		labitacionais	OCIAL	FonGrupo			
		TESOURO — Recursos Ordinarios			SUCIAL		FonCódigo			-
	4 Des	ursos Ordinari					Categoria		-	-
	Despesas de Capital	08				_		ı		
	ital	‡ 1.			2			ı		-
Total Geral do Programa:		and the second s						.		ŕ
ograma:		de tije is se ⁴ tien — mendem enterinde blee. Der mende septem enterinde ste is det				100	Meta			
117.500,00		parties begans aproximated to it with				117.500,00	Valor			
'	,	1				•		'		•



Página: 24 of 24



Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

Programa Descrição	
15 Bloco da Atenção Básica	
Entidade Unid Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FönGrupo FonCódigo Categoria 0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2033 Manutenção das Ações Básicas de Saúde	<i>Meta</i> 100
i.	
0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2033 Manutenção das Ações Básicas de Saúde 10 Saúde	100
01 TESOURO 00 Recursos Ordinarios 4 Despesas de Capital	
0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2034 Manutenção da Farmacia Basica 10 Saúde 301 Atenção Básica 01 TESOURO	100





03330453/0001-74 **RUA CORUMBA Nº 500**

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2035

Manutenção das Ações do PACS

000

301 Atenção Básica

2 **TESOURO**

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2036 Manutenção das Ações do PSF 00 595.400,00

6

Saúde

Atenção Básica

2

TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

Total Geral do Programa:

3.993.900,00

Programa Descrição

Ações

Entidade Unid.Orçam.

Proj.Ativ. Função SubFunção

FonGrupo FonCódigo Categoria

Meta 8

107.500,00

Valor

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO

021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Manutenção do MAC

10 Saude

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

2

TESOURO

8

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

0016 Bloco da Atenção Média e Alta Cmp. Ambulatorial e Hospitalar

0

000

Total Geral do Programa:

107.500,00

100

604 800,00

Página: 25 of 25



Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

			0003 F	0003		**	0017 Bloco da		
		10 Saúde 305 Vigilância Epidemiológica 01 TESOLIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2039 Manutenção das Atividades da PPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2038 Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária 10 Saúde 304 Vigilância Sanitária 01 TESOURO	PUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LADARIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2038 Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária 10 Saúde 304 Vigilância Sanitária 01 TESOURO	Unid Orçam Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo	Bloco da Vigilância em Saúde	Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)	PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74
3 Despesas Correntes	Recursos Ordinarios		•	Recursos Ordinarios 4 Despesas de Capital	a Recursos Ordinarios 3 Despesas Correntes	FonCódigo Categoria		2012)	·
			100	100	100.	Meta			Página: 26 of 26
			58.200,00	5,000,00	20.000,00	Valor			٨

RUA CORUMBA Nº 500 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO

03330453/0001-74

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012)

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO 021400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2039 Manutenção das Atividades da PPI

Saúde

Vigilancia Epidemiológica

TESOURO

8 Recursos Ordinarios

Despesas de Capital

Total Geral do Programa: 87.200,00

Programa Descrição 0019 Reserva de Contingencia

0002 PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO Entidade Unid.Orçam Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria Meta 8

117.000,00

Valor

Reserva de Contingência Reserva de Contingência

999 Reserva de Contingência 7

0.0

0

900000 Reserva de Contingência

Ações

TESOURO

Recursos Ordinarios

Despesas Correntes

20000

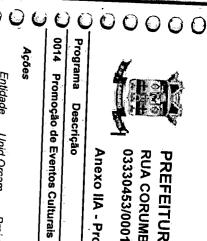
Total Geral do Programa:

117.000,00

8

4 000 00

Página: 27 of 27





Página: 28 of 28

Anexo IIA - Programas, Metas e Ações (LDO INICIAL 2012) 03330453/0001-74 RUA CORUMBA Nº 500

Ações 0006 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA É ESPORTES Entidade Unid.Orçam. 021300 FUNDAÇÃÔ DE TURISMO MEIO AMB. E CULTURA DE LADÁRIO Proj.Ativ. Função ŚubFunção 2032 Manutenção das Atividades Culturais Cultura FonGrupo FonCódigo Categoria Meta 100 190.200,00

Valor

TESOURO Recursos Ordinarios Despesas Correntes

392 Difusão Cultural

Total Geral do Programa:

190.200,00

Total Geral da LDO:

30.499.200,00





RUA CORUMBA Nº 500 03330453/0001-74

Anexo XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências (LDO 2012)

LRF, art. 4°, § 3°

R\$ milhares

Ditt, art. 1, 35					
RISCOS FISCAIS	~ ,	PROVIDÊNCIAS			
Descrição	Valor	Descrição	Valor		
A1 DAGGINO CONTRACENTE					
01 – <u>PASSIVO CONTINGENTE</u>	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	01 – Será utilizada a Reserva de			
1.1 – Desapropriação de Imóvel	1.000,00	Contingência prevista nesta Lei e			
1.2 – Ações Indenizatórias a Ter-	2.000,00	na Lei Orçamentária Anual, que			
ceiros.		poderá ser utilizada			
:	•	integralmente, se necessário para	*		
02 – <u>RISCOS FISCAIS</u>		atender apenas uma ocorrência de	20.000,00		
2.1 – Intempéries.	1.000,00	riscos.			
2.2 – Frustração na Cobrança da	5.000,00	-			
Divida Ativa.					
2.3 – Despesas Não Orçadas ou	1.000,00		-		
Orçadas a Menor.			,		
2.4 – Aumento do Salário Mínimo	4.000,00				
	,		Ï		
03 – EVENTOS FISCAIS IMPRE-					
<u>VISTOS</u>					
3.1 – Ocorrência de fatos não Pré-	: -				
vistos em execução de Obras e	4.000,00		-		
Serviços.	1		,		
3.2 – Campanhas de Saúde.	2.000,00				
TOTAL	20.000,00	TOTAL	20.000,00		

FONTE: OS VALORES PODERÃO SER REESTIMADOS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

Prefeito Municipal